

VULNERABILIDADE SOCIAL E EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SOCIAL VULNERABILITY AND SCHOOL DROPOUT: AN INTERDISCIPLINARY ANALYSIS IN THE CONTEXT OF PUBLIC EDUCATION

Edivaldo Pimenta da Silva

MUST University, Estados Unidos

Gláucia Maria Borges da Silva

MUST University, Estados Unidos

Maria Conceição de Campos Cunha Bortoncello

MUST University, Estados Unidos

Sandra Marques Costa

MUST University, Estados Unidos

Rúbia Machado Rodrigues

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/9pka9x54>

Publicado em: 30.06.2024

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar os efeitos da vulnerabilidade social sobre a evasão escolar no contexto da educação pública, com ênfase na atuação do assistente social, na influência do contexto familiar e nos impactos emocionais relacionados à permanência dos estudantes. A pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão bibliográfica qualitativa, baseada na análise de publicações científicas recentes, extraídas de plataformas como o Google Acadêmico e a base *SciELO*. Os resultados indicaram que a evasão escolar está fortemente associada a fatores estruturais como pobreza, negligência familiar, instabilidade emocional e ausência de políticas intersetoriais efetivas. Verificou-se que a atuação do assistente social nas escolas públicas desempenha papel estratégico na mediação entre os sujeitos escolares e as redes de proteção social, enquanto os aspectos emocionais e psíquicos dos estudantes, muitas vezes invisibilizados, afetam diretamente sua trajetória educacional. Concluiu-se que o enfrentamento da evasão escolar requer práticas pedagógicas sensíveis às realidades sociais e afetivas dos estudantes, além da integração de políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e saúde mental. A pesquisa evidenciou, ainda, lacunas teóricas na produção nacional, sobretudo quanto à ausência de estudos empíricos longitudinais e à pouca atenção dada a recortes de raça e gênero, sugerindo caminhos para investigações futuras.

Palavras-chave: Permanência Escolar; Serviço Social; Subjetividade; Desigualdade Educacional; Rede de Proteção.



Abstract: This article aimed to analyze the effects of social vulnerability on school dropout in the context of public education, emphasizing the role of the social worker, the influence of family context, and the emotional impacts related to students' school permanence. The research was developed through a qualitative bibliographic review, based on the analysis of recent scientific publications from platforms such as Google Scholar and the *SciELO* database. The results indicated that school dropout is strongly linked to structural factors such as poverty, family neglect, emotional instability, and the lack of effective intersectoral policies. It was found that the work of social workers in public schools plays a strategic role in mediating between educational subjects and social protection networks, while students' emotional and psychological aspects—often overlooked—directly affect their educational journey. It was concluded that addressing school dropout requires pedagogical practices sensitive to students' social and emotional realities, as well as the integration of public policies in the fields of education, social assistance, and mental health. The research also highlighted theoretical gaps in the national literature, especially regarding the absence of longitudinal empirical studies and the limited focus on race and gender issues, suggesting directions for future research.

Keywords: School Retention; Social Work; Subjectivity; Educational Inequality; Protection Network.

Introdução

A evasão escolar constitui uma das expressões mais graves das desigualdades sociais que atravessam o sistema educacional público no Brasil. Embora a legislação nacional reconheça a educação como direito universal, a permanência efetiva dos estudantes nas escolas públicas segue condicionada por um conjunto de fatores estruturais que incluem pobreza, instabilidade familiar, ausência de políticas públicas integradas e limitações no suporte psicossocial oferecido aos alunos. Entre os segmentos mais afetados por essa realidade estão as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, cuja trajetória escolar é frequentemente marcada por interrupções, reprovações e desengajamento pedagógico.

A motivação para a escolha do tema decorreu da constatação de que a evasão escolar, longe de ser um fenômeno isolado, revela a insuficiência das políticas educacionais para responder aos desafios impostos por realidades complexas, nas quais a pobreza, a negligência familiar, os transtornos mentais e a violência simbólica se combinam. Além disso, observou-se que, em muitas escolas públicas, a atuação de profissionais interdisciplinares, como o assistente social, ainda é incipiente ou inexistente, o que limita as possibilidades de enfrentamento das causas da evasão. Justifica-se, portanto, a necessidade de investigar a relação entre vulnerabilidade social e evasão escolar sob uma perspectiva que articule os campos da Educação e do Serviço Social.

Diante dessa problemática, formulou-se a seguinte questão norteadora: de que modo a vulnerabilidade social afeta a permanência escolar de estudantes da educação pública, e como a atuação interdisciplinar entre escola, família e comunidade pode contribuir para o enfrentamento da evasão escolar?

Com base nessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os efeitos da vulnerabilidade social sobre a evasão escolar no contexto da educação pública brasileira, com enfoque na atuação do assistente social, nas condições familiares e nos impactos da saúde mental dos estudantes. Como objetivos específicos, pretendeu-se: a) compreender os efeitos da

vulnerabilidade socioeconômica na permanência escolar; b) examinar o papel do assistente social na mediação entre escola, família e comunidade; e c) analisar a influência do contexto familiar e dos aspectos emocionais na evasão escolar.

A metodologia utilizada na pesquisa foi de natureza bibliográfica, com enfoque qualitativo. A seleção das fontes teve como critérios a atualidade, a relevância temática e a aderência aos objetivos propostos. Os textos analisados foram localizados por meio de buscas nas plataformas *Google Acadêmico* e *SciELO*, com base em palavras-chave delimitadas entre aspas curvas e simples, tais como ‘vulnerabilidade social’, ‘evasão escolar’, ‘educação pública’, ‘saúde mental na escola’ e ‘serviço social na educação’. Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas e analisados à luz de referenciais teóricos da área da Educação e do Serviço Social, respeitando-se os princípios éticos e interpretativos próprios da pesquisa qualitativa.

Entre os principais autores que subsidiaram a análise destacam-se Pereira e Honorato (2023), Castro e Santos (2023) e Arcanjo *et al.* (2020), cujas contribuições permitiram compreender os múltiplos fatores envolvidos na evasão escolar, a partir de experiências institucionais e interpretações críticas sobre a realidade educacional brasileira. Esses autores fornecem subsídios relevantes para pensar a escola como espaço de acolhimento, mediação social e formação cidadã.

O artigo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, denominado vulnerabilidade socioeconômica e seus efeitos na permanência escolar, examina-se como a precariedade das condições de vida impacta o desempenho e a permanência dos estudantes. No segundo capítulo, o papel do assistente social na mediação entre escola, família e comunidade, analisa-se a função estratégica do Serviço Social no enfrentamento da evasão escolar. O terceiro capítulo, a relação entre contexto familiar, saúde mental e evasão escolar, discute a influência das condições emocionais e familiares na trajetória educacional dos discentes. No quarto capítulo, resultados e análise dos dados, são apresentadas as principais conclusões derivadas da revisão bibliográfica, bem como suas limitações e possibilidades de aprofundamento. Por fim, no capítulo conclusão, são retomadas as respostas à questão norteadora, o alcance dos objetivos e as sugestões para pesquisas futuras.

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise interpretativa de textos acadêmicos publicados entre os anos de 2020 e 2023. O objetivo consistiu em compreender os efeitos da vulnerabilidade social na evasão escolar, bem como examinar a atuação do assistente social e os impactos do contexto familiar e emocional na permanência dos estudantes da rede pública. Para tanto, foram adotados procedimentos que permitiram a sistematização e o confronto entre diferentes perspectivas teóricas, em consonância com os princípios da investigação crítica.

A pesquisa bibliográfica, segundo Bloise (2020), possibilita a reorganização e a análise de conhecimentos previamente sistematizados, a partir de critérios teórico-metodológicos rigorosos. Nesse sentido, a metodologia adotada não se restringiu à mera coleta de textos, mas compreendeu etapas sucessivas de leitura, seleção, fichamento temático e categorização dos conteúdos. Conforme assinala o autor, “na construção do artigo científico, a metodologia ocupa

lugar central, pois é ela que legitima os procedimentos utilizados e confere validade às conclusões apresentadas” (Bloise, 2020, p. 117).

A investigação também foi orientada pela perspectiva formativa indicada por Betty *et al.* (2023), segundo os quais “a disciplina, assim como outras do próprio programa, nasce trazendo as contribuições da experiência inovadora da pós-graduação lato sensu ofertada pelo CEDESS ancorada na metodologia do Ensino-Aprendizagem Baseado em Problemas (ABP)” (Betty *et al.*, 2023, p. 9). Essa concepção valoriza o desenvolvimento de competências investigativas e a articulação entre teoria e prática na construção de conhecimentos aplicados.

O processo investigativo foi igualmente guiado pelos pressupostos de Morón, Silva e Fialho (2023), que destacam que “compreendemos que o processo de produção do artigo científico deve ser orientado por etapas que estimulem a autoria e a construção do pensamento investigativo desde o início da formação acadêmica” (Morón; Silva; Fialho, 2023, p. 8). Essa orientação metodológica contribuiu para assegurar a autonomia analítica na seleção e interpretação dos textos, promovendo o diálogo entre diferentes referenciais teóricos e ampliando as possibilidades de síntese argumentativa.

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram definidas a partir da delimitação temática do estudo, priorizando descritores simples, específicos e representativos das categorias analíticas. Os termos selecionados foram: ‘vulnerabilidade social’, ‘evasão escolar’, ‘educação pública’, ‘saúde mental na escola’ e ‘serviço social na educação’. Tais expressões foram utilizadas entre aspas curvas e simples para delimitar os resultados e garantir a precisão dos achados.

As fontes foram localizadas principalmente por meio do Google Acadêmico, com ênfase em periódicos científicos indexados, e complementadas com buscas na base SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), uma biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos brasileiros de reconhecida relevância. O recorte temporal foi delimitado ao período entre 2020 e 2023, de modo a assegurar a atualidade das análises, com especial atenção à produção posterior à pandemia de COVID-19, cujos impactos agravaram os índices de evasão e as condições de vulnerabilidade social.

Os critérios de inclusão adotados foram: a) artigos publicados em periódicos científicos com revisão por pares; b) aderência temática ao objeto de estudo; c) publicações que articulassem os campos da Educação e do Serviço Social. Foram excluídos textos opinativos, trabalhos de conclusão de curso e materiais sem rigor metodológico comprovado. Os conteúdos selecionados foram organizados por meio da técnica de fichamento temático, o que possibilitou a construção das categorias centrais: vulnerabilidade socioeconômica, atuação do assistente social e impacto da saúde mental na evasão.

A metodologia adotada mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, permitindo a identificação de padrões analíticos recorrentes e o estabelecimento de diálogos críticos entre diferentes autores. Além disso, possibilitou a identificação de lacunas teóricas e a proposição de caminhos investigativos futuros. A escolha por uma abordagem qualitativa, sustentada em revisão teórica especializada, legitimou a construção das inferências desenvolvidas ao longo do artigo e assegurou a validade argumentativa das conclusões apresentadas.

Vulnerabilidade socioeconômica e seus efeitos na permanência escolar

A vulnerabilidade socioeconômica constitui um fator estrutural que impacta diretamente o processo de permanência escolar no ensino público. A associação entre pobreza, insegurança alimentar, violência doméstica e carência de políticas públicas efetivas compromete o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes em situação de exclusão social. Conforme salientado por Castro e Santos (2023), a vulnerabilidade social interfere negativamente no desempenho cognitivo dos estudantes, uma vez que suas vivências são marcadas por estresse, negligência familiar e instabilidade econômica.

Crianças expostas a essas condições frequentemente apresentam dificuldades de concentração e assimilação de conteúdos, pois vivenciam contextos de estresse e privação que comprometem seu desenvolvimento educacional (Castro; Santos, 2023, p. 2).

Essa realidade é reafirmada por Pereira e Honorato (2023), ao discutirem os impactos da precariedade material no desempenho escolar. Segundo os autores, a exclusão social é vivenciada nas instituições de ensino como um reflexo das desigualdades estruturais, que demandam intervenções interdisciplinares para garantir o acesso e permanência dos estudantes. Eles destacam que a atuação do setor de assistência estudantil visa responder a essas emergências sociais por meio de políticas compensatórias. Para os autores, “a alimentação insuficiente, transporte escolar precarizado, laços familiares fragilizados [...] comprometem a qualidade do pleno aprendizado e desenvolvimento da criança e do adolescente” (Pereira; Honorato, 2023, p. 10).

Nesse contexto, Arcanjo *et al.* (2020) argumentam que o fracasso escolar decorre de fatores externos à escola, como a necessidade de os estudantes contribuírem para a renda familiar, a ausência de apoio institucional e a desmotivação gerada pela carência de perspectivas. Os autores afirmam: “a evasão escolar representa um desafio significativo para as escolas, os pais e o sistema educacional como um todo no Brasil. Essa questão preocupa [...] devido à falta de motivação dos alunos para se envolver no ambiente escolar” (Arcanjo *et al.*, 2020, p. 2).

O acesso à educação mesmo sendo um direito garantido pela Constituição a todo cidadão, ainda é um dos principais fatores de vulnerabilidade social, e isso faz com que o Estado e as famílias busquem meios de inclusão e acesso respectivamente, principalmente os mais pobres (Pereira; Honorato, 2023, p. 2).

Essas condições revelam o papel central da escola na mediação das desigualdades sociais. No entanto, como destacam Castro e Santos (2023), a permanência escolar está vinculada à efetividade das políticas públicas e à sensibilidade da gestão educacional em reconhecer e acolher as especificidades dos sujeitos socialmente vulneráveis. Arcanjo *et al.* (2020), por sua vez, reiteram a necessidade de estratégias intersetoriais, que articulem o trabalho educativo com serviços de assistência e proteção social. Ambos os textos sugerem que o enfrentamento da evasão escolar deve ultrapassar a dimensão pedagógica e abranger os determinantes sociais que incidem sobre o processo educativo.

Assim, a vulnerabilidade socioeconômica deve ser compreendida como um elemento que interage com o ambiente escolar, condicionando o desempenho dos estudantes e influenciando diretamente sua permanência. Conforme os dados analisados, as ações escolares isoladas tornam-se insuficientes diante da complexidade das situações vividas pelos discentes. É necessário,

portanto, articular políticas educacionais com ações de inclusão social, garantindo condições mínimas para que a aprendizagem ocorra em um ambiente digno e acolhedor.

O papel do assistente social na mediação entre escola, família e comunidade

A atuação do assistente social nas instituições educacionais revela-se como elemento estratégico para a mediação das relações entre escola, família e comunidade. A evasão escolar, marcada por suas raízes sociais, econômicas e emocionais, exige intervenções que extrapolam os limites pedagógicos tradicionais e que envolvam uma compreensão ampliada das dinâmicas familiares e territoriais. Como destacam Arcanjo *et al.* (2020), a presença do profissional de Serviço Social nas escolas públicas tem possibilitado uma aproximação concreta entre os sujeitos educacionais e os serviços sociais.

O assistente social tem papel fundamental na escola pública, pois é ele que realiza as visitas domiciliares, atua na articulação com os CRAS e CREAS, acompanha a vulnerabilidade das famílias e dialoga com os professores para que compreendam a realidade dos alunos (Arcanjo *et al.*, 2020, p. 4).

Além disso, Pereira e Honorato (2023) ressaltam que a atuação do assistente social contribui diretamente para mitigar os efeitos da exclusão social no processo educativo, sobretudo ao promover escuta qualificada e encaminhamentos adequados junto às redes de proteção. O trabalho intersetorial e interdisciplinar torna-se condição necessária para o enfrentamento das múltiplas causas da evasão. Nas palavras dos autores:

(...) o assistente social precisa entender as demandas estudantis como parte de um processo coletivo e complexo, que exige ações articuladas entre a escola, a família e o Estado (Pereira; Honorato, 2023, p. 6).

Por sua vez, Castro e Santos (2023) problematizam que, apesar da relevância dessa atuação, muitas escolas ainda enfrentam resistência institucional ou ausência de estrutura para a efetiva integração dos serviços sociais no cotidiano escolar. Ainda assim, observam que “a mediação feita pelo Serviço Social tem proporcionado avanços importantes no acompanhamento dos estudantes e na construção de alternativas para reduzir o abandono escolar” (Castro; Santos, 2023, p. 5).

Os profissionais do Serviço Social, ao assumirem um papel ativo na escola, ajudam a promover não apenas a permanência escolar, mas também a formação cidadã, a superação da violência doméstica, a orientação sobre direitos e a criação de espaços de escuta e acolhimento aos estudantes em sofrimento (Castro; Santos, 2023, p. 6).

A relevância do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas instituições educacionais também é reforçada por Arcanjo *et al.* (2020), que apontam a importância da articulação intersetorial como meio de efetivação de direitos. Segundo os autores, o assistente social deve atuar de forma crítica e propositiva, contribuindo para a leitura da realidade dos sujeitos escolares e para a construção de estratégias de enfrentamento das desigualdades. De forma convergente, Pereira e Honorato (2023) defendem que essa atuação não pode se restringir ao atendimento emergencial, mas deve se configurar como prática pedagógica articulada às finalidades educativas da escola.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados refere-se à ausência de políticas públicas intersetoriais que assegurem condições mínimas para a permanência escolar de crianças e

adolescentes em situação de pobreza. Segundo Arcanjo *et al.* (2020), a falta de articulação entre os setores da educação, assistência social e saúde dificulta o atendimento integral aos estudantes, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e marcadas por precariedades. Tal desarticulação compromete o acompanhamento sistemático de estudantes em risco, inviabilizando a prevenção do abandono escolar e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento.

Além disso, conforme apontado por Castro e Santos (2023), os estudantes pertencentes a famílias com baixa renda e escolaridade enfrentam dificuldades adicionais relacionadas à valorização da trajetória educacional. Muitas vezes, os vínculos escolares são interrompidos em função da necessidade de inserção precoce no mercado informal de trabalho ou pela percepção de que o investimento na escolarização não produzirá efeitos concretos na superação da pobreza. Essa descrença em relação à escola, socialmente transmitida, amplia o ciclo de exclusão educacional e reforça desigualdades intergeracionais.

Apesar da relevância da mediação promovida pelo assistente social, os estudos evidenciam que sua presença nas escolas públicas ainda é limitada por fatores institucionais, como a ausência de políticas educacionais que reconheçam a importância da atuação interdisciplinar no cotidiano escolar. Pereira e Honorato (2023) observam que a inserção desses profissionais nas unidades escolares ocorre, muitas vezes, de forma pontual, vinculada a programas específicos, sem garantir a continuidade necessária para o desenvolvimento de vínculos e práticas consistentes. Essa precariedade compromete a construção de ações sistemáticas que poderiam contribuir para a identificação precoce das causas da evasão.

Nesse sentido, Arcanjo *et al.* (2020) destacam que o reconhecimento do assistente social como agente articulador das redes de proteção ainda é incipiente no âmbito da política educacional brasileira. A atuação do profissional tende a ser compreendida sob uma lógica emergencial, voltada ao atendimento de demandas pontuais, em vez de integrar-se ao projeto político-pedagógico das escolas. Castro e Santos (2023), ao tratar dessa questão, defendem a necessidade de institucionalizar a presença do Serviço Social no campo educacional por meio de normativas que reconheçam seu papel formativo, preventivo e transformador, em articulação com a equipe pedagógica e com os serviços de saúde e assistência.

Portanto, a função do assistente social na educação pública vai além do suporte técnico às situações de vulnerabilidade; trata-se de um agente de transformação institucional que possibilita à escola cumprir seu papel social de inclusão. Ao estabelecer vínculos entre os diversos segmentos da comunidade escolar e as redes públicas de proteção social, o Serviço Social contribui decisivamente para a permanência, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes em situação de risco social.

A relação entre contexto familiar, saúde mental e evasão escolar

O contexto familiar exerce influência significativa sobre o desempenho escolar e a permanência dos estudantes na escola pública. A vivência de situações de negligência, abandono, violência e instabilidade emocional tem se revelado determinante no desenvolvimento de transtornos psíquicos que afetam diretamente a aprendizagem e a continuidade da trajetória educacional. Castro e Santos (2023) identificaram que a fragilidade das relações familiares

constitui um fator de risco para o desengajamento escolar, principalmente quando associada à ausência de suporte emocional e à sobrecarga de responsabilidades precoces.

As crianças com problemas de comportamento sofrem mais agressão física por parte dos pais; seu relacionamento com os pais é descrito mais frequentemente como distante ou envolto em conflitos, e elas recebem mais suspensão na escola (Castro; Santos, 2023, p. 7).

De modo semelhante, Pereira e Honorato (2023) argumentam que o sofrimento psíquico causado pela vivência em contextos familiares desestruturados é internalizado pelos estudantes e refletido na sala de aula como desmotivação, dificuldade de concentração e bloqueios cognitivos. Para os autores, “a estrutura familiar em crise gera insegurança emocional que, ao se manifestar no ambiente escolar, limita o desenvolvimento integral do estudante” (Pereira; Honorato, 2023, p. 4).

A relação entre saúde mental e evasão escolar também é evidenciada por Arcanjo *et al.* (2020), os quais afirmam que muitas vezes os sinais de sofrimento psíquico dos alunos são confundidos com indisciplina ou desinteresse, sendo negligenciados pelas instituições. Os autores pontuam que “não raro, transtornos emocionais e traumas familiares são naturalizados como comportamentos típicos da adolescência, o que impede intervenções adequadas” (Arcanjo *et al.*, 2020, p. 3).

O fracasso escolar pode ser atribuído a duas ordens de causas que se sobrepõem: causas externas, como a estrutura familiar e social do sujeito, e causas internas, como os fatores psíquicos que resultam da sua vivência emocional e histórica (Pereira; Honorato, 2023, p. 5).

O aprofundamento desta problemática conduz à necessidade de a escola desenvolver ações que acolham a subjetividade dos estudantes, considerando sua saúde mental como componente essencial da formação. Conforme afirmam Castro e Santos (2023), o enfrentamento da evasão requer “uma pedagogia da escuta, capaz de reconhecer os sinais de sofrimento e de construir estratégias de apoio institucional” (p. 9). Por sua vez, Arcanjo *et al.* (2020) defendem que a equipe escolar deve estar preparada para trabalhar em parceria com os serviços de saúde mental, integrando ações preventivas e interventivas.

Em síntese, a instabilidade emocional gerada por experiências familiares adversas configura-se como um dos vetores que impulsionam o abandono escolar. A ausência de suporte psicológico e o silêncio institucional diante dos sinais de sofrimento resultam em rupturas no vínculo educacional. Assim, é necessário incorporar à rotina escolar ações sistemáticas de acompanhamento emocional, promovendo um ambiente de acolhimento e respeito à diversidade das experiências subjetivas dos estudantes. Essa perspectiva amplia a compreensão da evasão escolar, incluindo a dimensão psíquica como elemento estruturante da permanência na escola.

Resultados e análise de dados

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica permitiu identificar que a evasão escolar na educação pública brasileira está diretamente associada a fatores de vulnerabilidade social que transcendem o ambiente escolar. Os estudos consultados revelaram que a precariedade socioeconômica, os vínculos familiares frágeis e a ausência de suporte intersetorial contribuem significativamente para o afastamento dos estudantes da trajetória escolar. Essa constatação

confirma a necessidade de compreensão ampliada da evasão como fenômeno multifatorial, enraizado em estruturas sociais desiguais.

As principais descobertas da pesquisa indicam que há correlação direta entre pobreza extrema, instabilidade familiar e baixa escolaridade. Tais condições impõem barreiras ao acesso, à permanência e ao sucesso educacional, sobretudo entre os estudantes de escolas públicas situadas em territórios marcados por desigualdades sociais. Além disso, a presença de fatores emocionais não resolvidos, como traumas e transtornos psíquicos derivados de ambientes familiares disfuncionais, foi apontada como um dos elementos silenciosos que contribuem para o desengajamento escolar.

Essas descobertas alinham-se aos resultados de outras investigações acadêmicas que apontam a urgência de ações interdisciplinares no enfrentamento da evasão. Há consenso na literatura de que a articulação entre escola, família e serviços públicos de assistência social e saúde mental constitui uma estratégia relevante para mitigar os efeitos da exclusão escolar. A inclusão do assistente social como agente permanente no cotidiano das escolas públicas revelou-se, nos textos analisados, como uma possibilidade concreta de mediação entre as demandas sociais e os processos pedagógicos.

Apesar da convergência entre os autores quanto à centralidade da vulnerabilidade social como causa estruturante da evasão, observam-se limitações nos estudos analisados, especialmente no que se refere à ausência de dados empíricos sistematizados e à escassez de análises quantitativas que dimensionem com precisão a extensão do fenômeno em diferentes regiões do país. Além disso, há uma limitação na abordagem de gênero e raça enquanto marcadores interseccionais da exclusão escolar, aspecto que demanda aprofundamento teórico e metodológico em pesquisas futuras.

O caráter surpreendente de alguns achados, como a constatação de que mesmo estudantes beneficiados por programas de assistência estudantil continuam a evadir, aponta para a insuficiência de políticas compensatórias isoladas. Tal resultado evidencia que a permanência escolar não pode ser garantida apenas pela oferta material, mas requer uma reestruturação profunda da relação entre escola e território, valorizando as narrativas dos sujeitos e promovendo práticas pedagógicas coerentes com suas vivências.

Com base nesse panorama, sugere-se a ampliação de investigações que combinem métodos qualitativos e quantitativos, com foco em realidades territoriais específicas. Também se recomenda o aprofundamento de estudos que explorem a formação docente para o trabalho interdisciplinar e que avaliem, de forma longitudinal, os efeitos das políticas públicas integradas na redução da evasão escolar. A continuidade dessas pesquisas poderá contribuir para o aperfeiçoamento de ações educacionais mais eficazes e sensíveis às múltiplas determinações da exclusão escolar.

Conclusão

A elaboração deste artigo possibilitou compreender, de forma fundamentada, a relação entre vulnerabilidade social e evasão escolar no contexto da educação pública, a partir de uma perspectiva interdisciplinar centrada na articulação entre os campos do Serviço Social e da Educação. A análise teórica realizada demonstrou que os fatores que condicionam o afastamento

dos estudantes da escola são múltiplos e interligados, envolvendo dimensões econômicas, afetivas, institucionais e subjetivas que transcendem os limites da sala de aula.

A questão norteadora, voltada à investigação dos efeitos da vulnerabilidade social sobre a evasão escolar e à análise do papel da escola e dos profissionais da rede de proteção social, foi respondida a partir do confronto entre referenciais teóricos extraídos de três estudos recentes. A leitura crítica desses materiais revelou que a evasão não pode ser tratada como um problema exclusivamente individual ou disciplinar, mas como expressão de desigualdades estruturais que demandam respostas intersetoriais, continuadas e contextualizadas.

Os objetivos propostos foram atingidos ao se evidenciar, no primeiro capítulo, que a vulnerabilidade socioeconômica compromete diretamente o direito à educação, condicionando negativamente a permanência escolar. No segundo capítulo, foi possível explicitar a centralidade da atuação do assistente social na mediação entre escola, família e comunidade. Já no terceiro capítulo, demonstrou-se que o sofrimento psíquico e os conflitos familiares não apenas afetam o rendimento escolar, como também precipitam processos de evasão silenciosa, reforçando a necessidade de políticas escolares que integrem a dimensão emocional à prática educativa.

As análises também permitiram identificar lacunas relevantes na literatura, como a carência de estudos empíricos voltados à avaliação longitudinal da efetividade de políticas de permanência escolar e a ausência de investigações que considerem marcadores sociais como gênero e raça. Com base nisso, recomenda-se a realização de pesquisas futuras que explorem, com maior profundidade, os efeitos da atuação interprofissional nas escolas públicas, bem como o impacto das redes de apoio comunitário no enfrentamento da evasão escolar.

Conclui-se, assim, que o enfrentamento da evasão escolar, no contexto das vulnerabilidades sociais, exige o reconhecimento da complexidade do fenômeno e a adoção de estratégias interdisciplinares que articulem saberes e práticas dos campos da educação, do serviço social e da saúde mental. A escola pública, ao assumir esse desafio, poderá reafirmar seu compromisso com a justiça social, com a equidade e com a garantia de direitos fundamentais.

Referências

ARCANJO, L. A.; NEVES, S. J. P.; PAIVA, R. S. R. O papel do Assistente Social para combater a evasão escolar no Ensino Médio. **Revista Multidisciplinar**, 2020.

BETTY, C. B.; FERREIRA-GERAB, I.; SEIFFERT, O. M. L. B.; PRUDÊNCIO, S. N. O ensino da metodologia da pesquisa científica – entrelaçando modalidades, metodologias e cenários de ensino-aprendizagem. **Educ@ – Revista da Rede Interação**, v. 21, e61629, 2023.

BLOISE, D. M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 105–122, 2020.

CASTRO, M. T. de; SANTOS, M. J. C. dos. A vulnerabilidade social e a vulnerabilidade educacional: evasão escolar e baixos índices de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental. **Revista para a Inovação Pedagógica: Educação, Docência, Experiências e Saberes (RIPEDES)**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2024.

MORÓN, S. V. L.; SILVA, M. P.; FIALHO, J. R. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em Ciências do Movimento. **Educ. Pesqui.**, v. 49, e5299, 2023.